

Unidade, Diversidade, Sociabilidade

O IHGB nos seus 170 anos

Arno Wehling

Professor titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor titular da Universidade Gama Filho e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Este artigo traça um perfil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a data de sua fundação, em 1838, até os dias atuais. O autor aproveita a ocasião dos 170 anos de criação do IHGB para fazer um balanço sobre suas finalidades e objetivos no século XIX e hoje, e as perspectivas futuras da instituição.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; história; século XIX; academias.

This article makes a profile of the Brazilian Historical and Geographical Institute since its foundation, in 1838, until the present time. The author takes advantage of the 170th anniversary of the institute (IHGB)

to make a balance of its purposes and objectives in the 19th century and nowadays, and the future perspective of the institution.

Keywords: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; history; 19th century; academias.

Os 170 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cumpriram-se no dia 21 de outubro de 2008. É uma boa ocasião, pela experiência acumulada, para que sejam feitas algumas reflexões sobre finalidades, trajetória e prospectiva da instituição.

A conjuntura de fundação do instituto, em 1838, talvez seja o aspecto melhor estudado de sua história institucional, e isso nos permite constatar, entre outros pontos, a correlação existente entre ela, o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II. As três entidades foram fundadas em um momento singular da história brasileira,

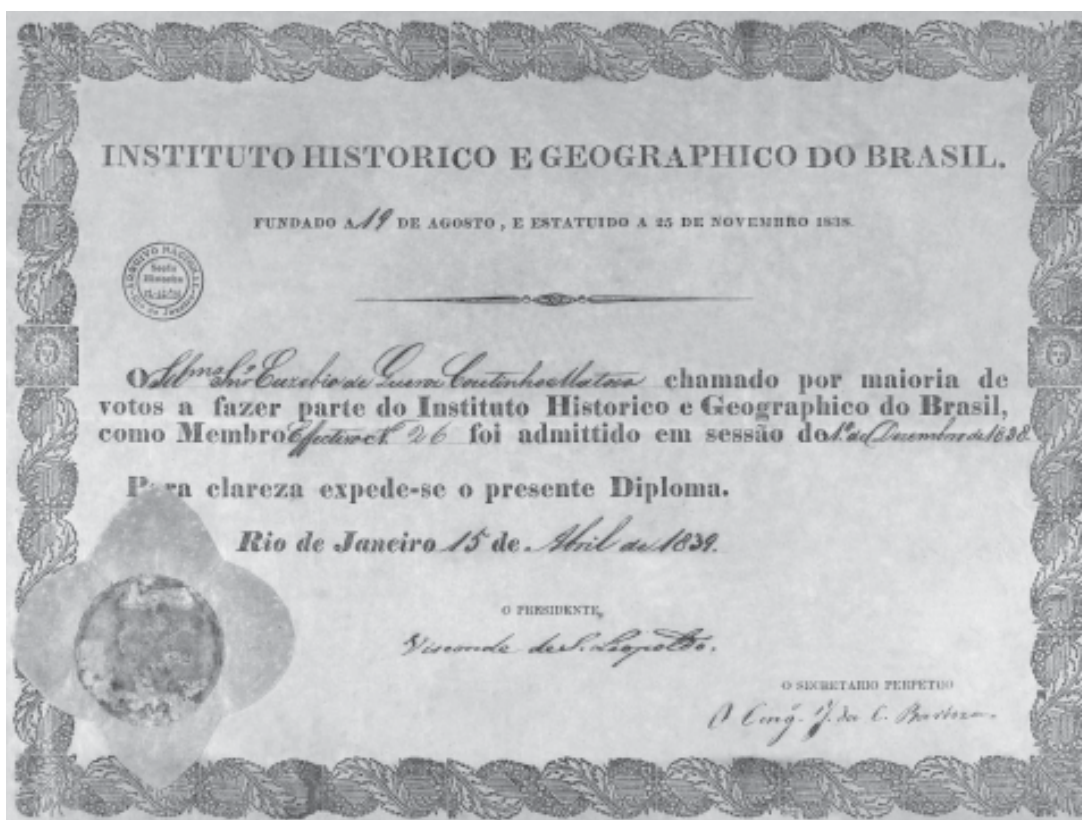
uma dessas encruzilhadas decisivas para o desenvolvimento posterior do país.

A opção entre manter a unidade nacional com elos fortemente centralizados, mantê-la ao modo federativo ou admitir a fragmentação em diferentes estados estava na ordem do dia. A elite mineira, fluminense e paulista escolheu, decisivamente, o primeiro caminho, após o fracasso de Feijó e no governo do pernambucano Araújo Lima, no âmbito de toda uma arquitetura política montada para reequilibrar o unitarismo constitucional com o federalismo do Ato Adicional, visando à eliminação das tendências secessionistas. Nesse quadro, foram estabelecidas três instituições, no espa-

ço de onze meses, com o objetivo de nortear a educação secundária, organizar a informação de interesse público e consolidar a identidade nacional, respectivamente o Imperial Colégio Pedro II, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A finalidade do IHGB, como definida em seu primeiro estatuto e, por tradição, repetida nos demais, era a de coligir informações dispersas por todo o Brasil, discutir questões de relevância para a história, a geografia e a administração do país e divulgar suas conclusões por meio de eventos e publicações.

Era todo um catálogo de realizações, que aparecia enunciado no estatuto de 1838



Diploma de sócio efetivo conferido a Eusébio de Queirós pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 15 de abril de 1839

e nos “programas históricos” propostos pelo primeiro presidente do IHGB, o visconde de São Leopoldo. Na expressão da época, foram reunidas a *história filosófica* e a *história pragmática* para, a partir de um repositório de dados sobre o país, compreender o processo de sua formação e estabelecer diretrizes para o futuro. Mesmo a ideia de formar quadros para a administração pública aparece nos textos produzidos na primeira década do instituto.

Ao mesmo tempo *programa de pesquisa científica, proposta de pedagogia social e discurso legitimador*, o projeto do IHGB pressupunha diversos desdobramentos: coleta de dados no Brasil e no exterior, envolvendo procedimentos que hoje denominamos arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos; realização de investigações que permitissem aprofundar o conhecimento da evolução histórica do país, de sua composição étnica, de suas bases geográficas, de suas características e potencialidades econômicas; constituição de fóruns de debates especializados e divulgação de textos que contribuíssem para aperfeiçoar o nível científico, educacional e cultural do país; e por último, e talvez mais importante, a elaboração de um discurso legitimador que levasse em conta os valores dominantes naquela elite que reequilibrava institucionalmente o país, com o apoio, nem sempre fácil, das demais elites provinciais.

Esses valores aparecem algo difusamente nos textos publicados na *Revista do IHGB* em seus primeiros anos, mas se tornam explícitos com a premiação da monografia

de Martius, em 1843, sobre “como se deve escrever a história do Brasil”. Aí estão, clara e sucintamente expostas, as vértebras do discurso legitimador que será a marca do instituto e do país ao longo de quase todo o século XIX.

O *método* a seguir seria o da combinação da história filosófica com a história pragmática; o objeto da pesquisa, a sociedade, a cultura, a vida econômica e as instituições políticas, mais do que as meras informações factuais, em uma equação que combina a história dos costumes de Voltaire com a história do *Zeitgeist* da Ilustração alemã; o *processo formador*, a fusão das etnias portuguesa, indígena e negra, com o predomínio da primeira, como rio principal ao qual se mesclavam os afluentes, na metáfora geográfica do autor; as *concepções diretoras*, a ideia da integridade nacional, pela união das províncias em torno do centro político e da monarquia constitucional, como forma de governo capaz de permitir as condições de estabilidade ao sistema político, indispensáveis à paz e ao progresso.

Ao longo dos seus 170 anos, certamente os “programas históricos” a cumprir pelo IHGB variaram de acordo com as circunstâncias de sua historicidade. Ao romantismo historicista, preocupado com a integridade nacional e a construção do Estado, seguiram-se as gerações científicistas, embebidas de positivismo, evolucionismo e, posteriormente, marxismo, centradas em encontrar os fundamentos e a dinâmica da sociedade brasileira.

No século XX também se acrescentaram ao debate weberianos, estruturalistas e foucaultianos. Ainda nesse século, viu o IHGB acelerar-se o movimento de fundação de seus congêneres estaduais, já iniciado no XIX, e o movimento de pesquisa universitária, nascido com a fundação das faculdades de filosofia na década de 1930 e consolidada com os programas de pós-graduação dos anos de 1970.

Novos papéis precisaram ser definidos para o IHGB, assim como para os institutos estaduais e, já agora, municipais.

Um papel, porém, permanece como base, embora todo o restante mude, e foi reiteradamente sublinhado na comemoração dos 170 anos, quando da realização do IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros: o papel de pensar o Brasil, de autodefinir-se a instituição como um fórum permanente de estudos brasileiros. Na mesma ordem de ideias, esse papel se repete com os institutos históricos estaduais e mesmo municipais, outros tantos fóruns cuja temática de eleição é a das diferentes realidades regionais.

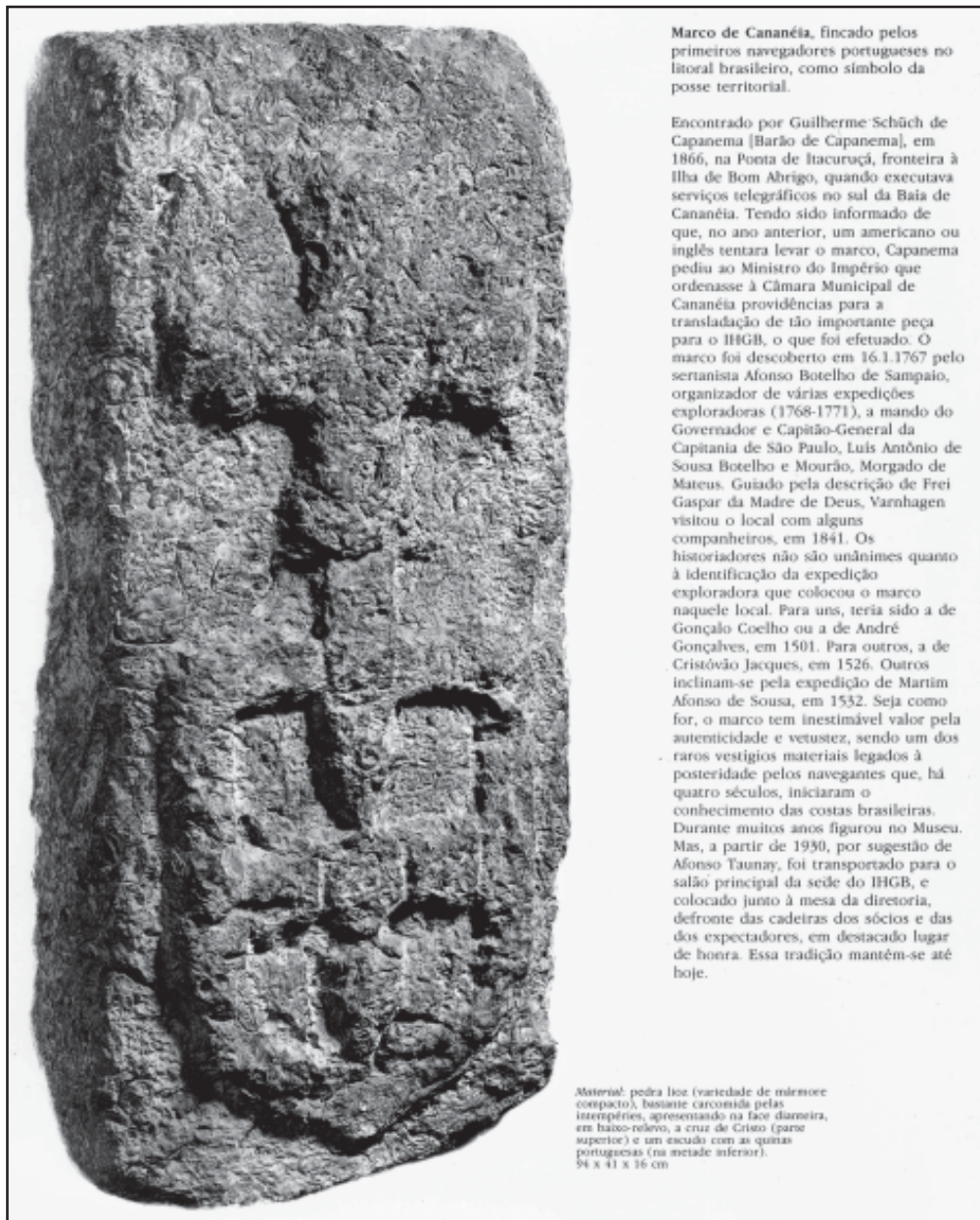
A missão dessas instituições é continuar a *pensar o Brasil e a pensar suas realidades regionais*, quer formulando elas próprias a reflexão, como faz o IHGB em suas reuniões permanentes e extraordinárias, e nos congressos estaduais, nacionais e internacionais, quer facultando os meios, nos seus arquivos, bibliotecas e museus, para que os pesquisadores alheios às instituições o façam, quer, ainda, contribuindo para as políticas de preservação do patrimônio cultural e para o êxito da pedagogia social da comemoração.

Esse *pensar o Brasil* e pensar as realidades regionais, no início do século XXI, envolve, certamente, categorias, conceitos e práticas diversas daquelas que orientaram os respectivos fundadores e as gerações intermediárias. Desde a nossa autolocalização institucional no panorama da cultura brasileira, até as atividades concretas que a refletirão, tudo precisa ser repensado à luz dos desafios dessa peculiar modernidade pós-moderna.

O IHGB e seus congêneres regionais precisam, agora, construir coletivamente, pelo esforço e pela participação de seus membros, novos objetivos para responder a tantos e tão profundos desafios. Mas o deverão fazer plenamente conscientes de que esses novos objetivos serão definidos nos limites impostos pelas suas antigas finalidades. Os fins dos institutos históricos estão inscritos perenemente – com a perenidade que podem ter as construções humanas – nos seus estatutos e nas suas realizações desde os fundadores. A eles, em boa lógica identitária, precisam permanecer absolutamente fiéis. Mas objetivos sofrem os efeitos da historicidade e precisam ser redefinidos a cada nova conjuntura, sempre olhando o norte definido pelos fins. Já tive oportunidade, no IHGB, referindo-me a outro contexto, de utilizar uma paráfrase de Ortega y Gasset que parece adequada a esta situação: não devemos fazer o que os fundadores fizeram, sob pena de nos esclerosarmos em um conservadorismo estéril; mas devemos fazer o que fariam hoje, se estivessem em nosso lugar.

Para cumprir este desiderato, essas instituições somente serão bem-sucedidas se tiverem muito claros os fins do institutos históricos e geográficos, aqueles princípios intemporais cuja encarnação histórica cabe a cada nova geração de membros das nossas Casas.

É um desafio magno, mas que deve estimular a inteligência e animar a criatividade. E impõe a necessidade de uma estreita cooperação entre o IHGB e os institutos históricos estaduais e municipais. Trabalhando sobre as realidades regionais, trabalhamos, simultaneamente-



Marco de Cananéia, fincado pelos primeiros navegadores portugueses no litoral brasileiro, como símbolo da posse territorial.

Encontrado por Guilherme Schüch de Capanema [Barão de Capanema], em 1866, na Ponta de Itacuracá, fronteira à Ilha de Bom Abrigo, quando executava serviços telegráficos no sul da Baía de Cananéia. Tendo sido informado de que, no ano anterior, um americano ou inglês tentara levar o marco, Capanema pediu ao Ministro do Império que ordenasse à Câmara Municipal de Cananéia providências para a transladação de tão importante peça para o IHGB, o que foi efetuado. O marco foi descoberto em 16.1.1767 pelo sertanista Afonso Botelho de Sampaio, organizador de várias expedições exploradoras (1768-1771), a mando do Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus. Guiado pela descrição de Frei Gaspar da Madre de Deus, Varnhagen visitou o local com alguns companheiros, em 1841. Os historiadores não são unânimes quanto à identificação da expedição exploradora que colocou o marco naquele local. Para uns, teria sido a de Gonçalo Coelho ou a de André Gonçalves, em 1501. Para outros, a de Cristóvão Jacques, em 1526. Outros inclinam-se pela expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1532. Seja como for, o marco tem inestimável valor pela autenticidade e vetustez, sendo um dos raros vestígios materiais legados à posteridade pelos navegantes que, há quatro séculos, iniciaram o conhecimento das costas brasileiras. Durante muitos anos figurou no Museu. Mas, a partir de 1930, por sugestão de Afonso Taunay, foi transportado para o salão principal da sede do IHGB, e colocado junto à mesa da diretoria, defronte das cadeiras dos sócios e das dos expectadores, em destacado lugar de honra. Essa tradição mantém-se até hoje.

Asterisk: pedra lioz (variedade de mármore compacto), bastante carcomida pelas intempéries, apresentando na face da direita, em baixo-relevo, a cruz de Cristo (parte superior) e um escudo com as quinas portuguesas (na metade inferior). 94 x 41 x 16 cm

Marco de Cananéia, fincado pelos primeiros navegadores portugueses no litoral brasileiro, como símbolo da posse territorial

te, o Brasil como um todo, e com isso ajudamos a consolidar esta imensa realização histórica que é fazer de um país continental, um raro exemplo de unidade linguística e política com clara diversidade étnica e cultural.

Fazer 170 anos implica, também, reafirmar o compromisso de recomeçar, cumprindo a sina de Sísifo.

Recomeçar consolidando o que foi realizado, partindo de um ponto que serve de patamar e alavanca para os seguintes, sempre no sentido de, em cumprimento ao programa fixado pela atual diretoria, adensar a contribuição intelectual e moral do instituto ao Brasil, fazendo-o partícipe de peso no conjunto das instituições culturais brasileiras.

Diversos são os instrumentos para a consolidação do trabalho até aqui desenvolvido, explicitados em diferentes documentos institucionais. Sobre um dos mais significativos, porque condição da argamassa que une seus membros – a sociabilidade –, cabem algumas digressões que permitem destacar traços do IHGB, embora, até certo ponto, comuns a outras entidades acadêmicas.

A própria natureza de uma *academia* envolve a ideia de união, e esta, por sua vez, tem como corolários o convívio e a sociabilidade. Bernardin de Saint Pierre fala da indispensabilidade de “reunir as verdades dispersas por toda a terra”. Xavier Heuschling, no *Dictionnaire générale de la politique*, verbete “Academias”, de 1864, afirma ser necessária “a unidade na multiplicidade: tal é a lei da

natureza, na ordem intelectual e moral, como na ordem material. Daí também a necessidade da reunião dos homens que pensam, para concentrar num local comum suas ideias isoladas e esparsas”.

O IHGB tem sido, ao longo de sua história, um local de convergência de ideias sobre a história, a geografia e outros campos do conhecimento. Convergência que não significa abandono de concepções ou convicções próprias em favor das eventualmente dominantes na instituição. No IHGB, coexistiram e conviveram racionalistas ilustrados, historicistas, positivistas, evolucionistas, marxistas e weberianos; liberais, tradicionalistas, conservadores e socialistas; românticos, realistas e modernistas. Ademais, o IHGB valorizou sempre suas origens pluricorporativas: poucas instituições existem nas quais se sentem lado a lado e dialoguem juristas, eclesiásticos, militares, professores universitários, diplomatas, médicos, vinculados pelo laço subjetivo da reflexão sobre o Brasil e pelo laço objetivo da pesquisa científica.

Essa convivência plural tornou-se possível e, mais que isso, desejável, pela finalidade de congregação: pensar o Brasil. Não do ponto de vista de um partido, porque não se aspira ao poder político. Não do ponto de vista de uma ideologia, porque não se aspira, ao estilo sofista, vencer a discussão a qualquer preço. Pensa-se o Brasil de um ponto de vista *acadêmico*, isto é, de uma valoração superior, não imediatamente engajada em uma determinada opção, de qualquer natureza, mas mediatamente identificada

com valores mais altos, que envolvem uma atitude de profunda empatia com a humanidade e forte empenho de que o país afirme um *ethos* humanista.

Ao percorrermos as páginas da *Revista do IHGB*, desde o século XIX, é esta mensagem, frequentemente envolta em formas muito diversas de expressão, que encontramos. Talvez o exemplo pessoal mais emblemático dessa ideia seja o do cônego Januário da Cunha Barbosa, que foi pregador imperial, mas também polêmico e combativo jornalista e deputado. Esteve no governo, na oposição e na prisão, mas dedicou seus últimos anos à finalidade maior de dar ao Brasil uma instituição efetivamente nacional, para muito além das circunstâncias.

Em consequência dessa heterogeneidade repassada por um interesse comum, quando distinguimos a *sociabilidade*, não nos referimos, necessariamente, à amabilidade, mas à capacidade de conviver com o outro, ainda que este outro seja profundamente diferente. Charles Duclos, que era um homem cultivado no sentido francês do século XVIII e viveu nos reinados dos últimos Luíses, dizia que “o homem sociável inspira o desejo de com ele conviver (...) (ao contrário) o homem amável reúne vícios, frivolidades e inconvenientes que o tornam frequentemente o menos digno de ser amado”.

A *sociabilidade* manifesta-se de diferentes maneiras, seja na essência, seja nos acidentes, seja no estilo. Mas alguns de seus traços mais característicos devem ser lembrados, se desejamos entender o IHGB e refletir sobre seu espírito.

Em primeiro lugar, um acendrado respeito pela pessoa e pela obra do *outro*. Para além da tolerância, que apenas *suporta* a diversidade, esse respeito nasce não apenas da mútua condição acadêmica, mas da convicção de que aquele que não pensa como nós certamente o faz amparado por alguma parcela de verdade em seu pensamento, assim como a nossa própria *Weltanschauung*, por mais cara que nos seja, também é um exercício necessariamente parcial, datado e perspectivado. Quando lemos os livros de Max Fleiuss sobre o instituto, cujos temas diversificados cobrem quase toda a primeira metade do século XX, ou quando recordamos o *consulado* de Pedro Calmon à frente de nossa instituição, entendemos a expressão concreta desta atitude, a de um convívio fundado no respeito intrínseco pela pessoa e seu trabalho, e não na tolerância, esta sempre fruto de uma decisão política, no contexto de uma relação potencialmente conflitiva.

Inseparável desta atitude é a da valorização da inteligência, mais do que da simples erudição. A valorização do “contato com pessoas inteligentes”, na expressão de Goethe, o fez perguntar o que seria “se não tivesse sempre aprendido com elas”. E, rematando o pensamento em forma de conselho, dizia, dirigindo-se a seu correspondente: “Vocês devem aprender não através dos livros, mas de uma viva troca de ideias, por meio de uma tranquila sociabilidade”. Esta *Geselichkeit* reaparece em várias obras e vários momentos de sua vida, atestando a importância que lhe dava, talvez

porque ela já se encontrasse em certo declínio nestes anos de crise do Antigo Regime, refugiando-se em alguns nichos acadêmicos e literários.

O gosto pela troca de ideias completa, assim, o perfil acadêmico da sociabilidade. Sem o “comércio de ideias” da expressão setecentista, a sociabilidade não floresce. Ela seria apenas um exercício frívolo ou lúdico, se não contribuísse, efetivamente, para o refinamento do conhecimento. Aquilo que hoje em dia as diferentes especialidades fazem em congressos científicos, trocando informações e procedimentos dentro de certas regras, visando ao aperfeiçoamento de um determinado campo, pode e deve ser feito, em outro estilo e com meios diversos, em uma sociedade acadêmica – e, provavelmente, com muito mais liberdade de espírito. Muitos anos antes de falar-se em interdisciplinaridade, Valéry, referindo-se à Academia Francesa, falava do “comércio de personalidades in-

comparáveis”, para ilustrá-lo com a troca multifacetada permitida pelo convívio de prelados, diplomatas, filósofos, poetas, militares e historiadores.

É da interlocução entre diferentes, sobretudo entre muito diferentes, que podem nascer as reflexões mais elaboradas e as valorações mais profundas, além e acima das práticas rotineiras do cotidiano. Se, em nosso espaço espiritual, continuarmos a perseguir esta finalidade, o “comércio de ideias” será o instrumento fundamental para atingi-la, pois poderemos dizer, ainda com Goethe, que “onde a *Geselichkeit* encontra interlocutores, ela está em seu natural”.

Finalidades maiores, pensamento estrutural “para além do próximo balanço” e intercâmbio permanente de conhecimentos e vivências são alguns dos valores, no sentido weberiano da expressão, reafirmados nos 170 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Recebido em 14/7/2009
Aprovado em 5/8/2009